



## **AMAZÔNIA EM RISCO: REFLEXÕES PARA UMA SOCIEDADE DE CUIDADO DA VIDA**

*AMAZON AT RISK: REFLECTIONS FOR A LIFE CARE SOCIETY*

*AMAZONÍA EN RIESGO: REFLEXIONES PARA UNA SOCIEDAD DEL CUIDADO DE LA VIDA*

**Davi Souza Cruz Emerick<sup>1</sup>**

**Leandro Aparecido Fonseca Missiatto<sup>2</sup>**

### **RESUMO**

A Amazônia, maior floresta tropical do mundo, enfrenta uma crise que reflete os desafios da sociedade de risco, conceito desenvolvido por Ulrich Beck. Este artigo explora três frentes essenciais para superar essa crise: reparação dos danos causados, co-criação com a Natureza e fortalecimento da cultura e identidade do cuidado. Sugere-se a possibilidade de transicionarmos de uma sociedade de risco para uma sociedade do cuidado da vida, caso essas frentes sejam seriamente implementadas por todos. Essa transição não é uma necessidade, é a última chance que temos para redefinirmos nossa relação com o planeta e uns com os outros, pois a vida, como conhecemos, depende da nossa capacidade de assumir nossa responsabilidade como guardiões da Terra. A Amazônia emerge não apenas como um ecossistema em perigo, mas como um chamado para repensarmos nossa relação com a Natureza e construirmos um futuro mais justo e sustentável.

**Palavras-chave:** sociedade de risco; Amazônia; direitos da Natureza; sociedade do cuidado; cuidado.

<sup>1</sup> Escola da Magistratura do Estado de Rondônia (EMERON). E-mail: emerick\_daviadv@outlook.com

<sup>2</sup> Universidade Federal de Rondônia (UNIR). E-mail: leandro.missiatto@unir.br



## ABSTRACT

The Amazon, the largest tropical forest in the world, is facing a crisis that reflects the challenges of the risk society, a concept developed by Ulrich Beck. This article explores three essential fronts to overcome this crisis: repairing the damage caused, co-creation with Nature and strengthening the culture and identity of care. It is suggested that we can transition from a risk society to a life-care society, if these fronts are seriously implemented by everyone. This transition is not a necessity, it is the last chance we have to redefine our relationship with the planet and with each other, as life, as we know it, depends on our ability to assume our responsibility as guardians of the Earth. The Amazon emerges not only as an ecosystem in danger, but as a call to rethink our relationship with Nature and build a fairer and more sustainable future.

**Keywords:** risk society; Amazon; rights of Nature; care society; careful.

## RESUMEN

La Amazonía, la mayor selva tropical del mundo, enfrenta una crisis que refleja los desafíos de la sociedad del riesgo, concepto desarrollado por Ulrich Beck. Este artículo explora tres frentes esenciales para superar esta crisis: la reparación de los daños causados, la co-creación con la Naturaleza y el fortalecimiento de la cultura e identidad del cuidado. Se sugiere la posibilidad de que transitemos de una sociedad del riesgo a una sociedad del cuidado de la vida, en caso de que estos frentes sean implementados seriamente por todos. Esta transición no es una necesidad, es la última oportunidad que tenemos para redefinir nuestra relación con el planeta y entre nosotros, ya que la vida, tal como la conocemos, depende de nuestra capacidad de asumir nuestra responsabilidad como guardianes de la Tierra. La Amazonía emerge no solo como un ecosistema en peligro, sino como un llamado a repensar nuestra relación con la Naturaleza y construir un futuro más justo y sostenible.

**Palabras clave:** sociedad del riesgo; Amazonía; derechos de la Naturaleza; sociedad del cuidado; cuidado.

## INTRODUÇÃO

Estamos imersos em um paradoxo que desafia nossa compreensão de progresso e humanidade. A mesma ciência que nos libertou de doenças e encurtou distâncias agora nos confronta com um cenário de incertezas climáticas e ecológicas. Ulrich Beck (2011), em sua teoria da sociedade de risco, nos alerta que a busca desenfreada por desenvolvimento e riqueza gera, inevitavelmente, riscos globais que transcendem fronteiras e gerações. Esses riscos, antes invisíveis ou minimizados, hoje se materializam de forma dramática: tempestades cada vez mais intensas, secas prolongadas, incêndios florestais devastadores e a lenta, porém implacável, erosão da biodiversidade.

Para tanto, a sociedade de risco é aquela em que o próprio progresso se torna uma ameaça, onde as consequências das ações, muitas vezes irreversíveis, recaem sobre o planeta e as futuras gerações, humanas e não humanas (Beck, 2011). Hoje, no centro dessa sociedade de risco está a Amazônia, como um grande espelho de nossa relação descuidada com a Natureza, refletindo o colapso ambiental que se entrelaça com injustiças sociais e dilemas éticos, convocando-nos a repensar nossos valores e escolhas.

Ao escrevermos aqui Natureza como um nome próprio, reconhecemos sua importância não apenas como um conjunto de recursos, mas como um sujeito de direitos. Essa concepção implica que a Natureza, enquanto entidade viva, possui um valor intrínseco e merece proteção legal e respeito ético (Oliveira, 2021). Ao atribuir à Natureza o status de um sujeito de direitos, estamos afirmando que suas forças vitais, ecossistemas e a interconexão entre seres vivos têm um papel fundamental na manutenção da vida e do bem-estar humano (Gudynas, 2020). Isso nos leva a reavaliar nosso papel como cuidadores, em vez de exploradores, promovendo uma relação mais harmoniosa e sustentável com o mundo natural. Portanto, a proteção da Natureza não é apenas uma questão de preservação ambiental, mas um imperativo ético que reflete um compromisso com a justiça intergeracional e a solidariedade entre todos os seres que compartilham este planeta.

Nesse sentido, a Amazônia não é apenas uma floresta, é um organismo vivo, uma teia complexa de interdependências que sustenta não apenas espécies, mas culturas, tradições e modos de existência. No entanto, ela está sendo transformada em um campo de batalha





onde interesses econômicos e a sobrevivência do planeta se confrontam (Salles, 2022). Em 2024, o rio Madeira, majestoso em sua abundância de água, sofreu com uma de suas piores secas (Nestlehner, 2024); enquanto isso, no mesmo ano, mais de 11 mil pessoas foram deslocadas de suas casas devido à inundação causada pelo Rio Acre/AC, sem mencionar a grande quantidade de espécies de animais que também foram impactadas (Monteiro; Menezes, 2024). Esses fenômenos, antes exceções, agora são parte de um cotidiano que normaliza o anormal. E nesse cenário, as vozes mais afetadas – indígenas, ribeirinhos, populações tradicionais – são frequentemente silenciadas, suas lutas reduzidas a números em relatórios ou a disputas jurídicas.

O que antes era visto como um problema de ecologistas e ambientalistas, passou a ser uma demanda que cresce no judiciário brasileiro. Isso, porque, o desmatamento na Amazônia não é um ato isolado, é um sintoma de um sistema que prioriza o lucro imediato em detrimento do futuro coletivo, afetando duramente às possibilidades da manutenção da vida na Terra (Marques, 2023). A pecuária, a agricultura extensiva e o garimpo são atividades que geram riqueza para poucos, mas deixam um rastro de destruição que afeta a todos (Salles, 2022). E enquanto o Código Florestal (Brasil, 2012) tenta, em teoria, equilibrar interesses, sua aplicação é falha, permeada por brechas que permitem a impunidade e a continuidade da degradação. Assim, a lei, que deveria ser um instrumento de justiça, torna-se, muitas vezes, cúmplice da injustiça.

Neste artigo buscamos explorar três frentes prioritárias para a proteção da Amazônia: *a reparação dos danos causados, a co-criação com a Natureza e o fortalecimento da cultura e identidade do cuidado da vida*. O objetivo é de que estas reflexões colaborem com as discussões a cerca de respostas para um futuro possível para a Amazônia e a vida na Terra, como a conhecemos.

## **RUMO A UMA SOCIEDADE DE CUIDADO DA VIDA**

Mas há esperança. A crise na Amazônia é também uma oportunidade para repensarmos nossas escolhas e valores. Como operadores do Direito, como cientistas, como cidadãos, somos convidados a transitar nesse terreno complexo, buscando soluções que harmonizem desenvolvimento e preservação. Precisamos reparar os danos causados à Natureza, efetivar os pagamentos por serviços ambientais, desenvolver cadeias de suprimento sustentáveis, fortalecer a economia circular de comunidades locais, essas são apenas algumas das possibilidades que podemos explorar. Mas, acima de tudo, precisamos de uma mudança de mentalidade, uma transição de uma cultura de exploração para uma cultura de cuidado. Nesse sentido, acreditamos haver três frentes prioritárias para a proteção da Amazônia, sendo a *reparação, ação co-criadora com a Natureza e fortalecimento da cultura e identidades do cuidado da vida*.

Acreditamos que para enfrentar a crise ambiental de modo justo, é urgente o dano que foi feito à Natureza. Não basta olhar para frente e planejar um futuro sustentável sem que aqueles que foram vitimados — sejam comunidades tradicionais, povos indígenas, ou mesmo as incontáveis espécies de plantas e animais — tenham seus danos reparados. Esse é um valor poderoso presente na Justiça Restaurativa (JR).





A JR é um conceito que vai além da punição ou compensação financeira, trata-se de uma concepção diferente de justiça que busca restaurar vínculos e reparar os danos causados, priorizando a reconstrução de relações e a cura de feridas (Zehr, 2012). Hoje, se há algo que precisa ser urgentemente restaurado é a nossa relação com a terra, rios, florestas e com os demais seres com quem dividimos a casa-Terra. Por séculos, exploramos a Natureza de forma predatória, rompendo os laços de equilíbrio e respeito que deveriam nos unir ao meio ambiente (Acosta, 2016). A Justiça Restaurativa, nesse sentido, convida-nos a reconhecer os danos causados, assumir responsabilidade e buscar ativamente a reparação. Isso significa restabelecer a conexão com a Natureza, não apenas através de ações práticas como reflorestamento e recuperação de ecossistemas, mas também por meio de uma mudança cultural e espiritual. Devemos aprender a ouvir a voz da terra, honrar seus ciclos e reconhecer que somos parte integrante dela, não seus donos (Krenak, 2020). A restauração desses vínculos é fundamental para construir um futuro em que a humanidade e a Natureza coexistam em harmonia, respeitando os direitos de todos os seres vivos.

A JR, assim como os saberes ancestrais de povos e comunidades tradicionais, nos ensina que a verdadeira reconciliação começa com o reconhecimento do erro e a restauração do que foi perdido. Ferimos a terra, poluímos os rios, devastamos as florestas e, com isso, machucamos seus filhos e filhas. Milhões de espécies foram atingidas, e ecossistemas inteiros foram desequilibrados. Reparar é um ato de responsabilidade e respeito. Isso pode ser feito por meio da restauração florestal, como o reflorestamento de áreas degradadas com espécies nativas, a revitalização de bacias hidrográficas contaminadas, e a criação de corredores ecológicos que reconectem habitats fragmentados. Mas é preciso para além disso, é essencial indenizar e apoiar as comunidades afetadas, garantindo que tenham acesso a recursos, terras e meios de subsistência sustentáveis; descolonizar nossa matriz de aprendizagens e saberes, dando evidência aos saberes de povos indígenas, quilombolas e outras comunidades que historicamente vivem em respeito com a Natureza; e, sobretudo, reconstruir nosso sistema de justiça para que ele atue em perspectiva da Natureza como sujeito de direitos. Reparar é mais que um dever, é um compromisso ético com a vida e com as gerações futuras.

A segunda frente de ação para superação da crise ecológica imposta pela sociedade de risco, é avançarmos relação de *ação co-criadora com a Natureza*. Entendemos como ação co-criadora, uma mudança radical na forma como nos relacionamos com a Natureza, saindo de uma lógica de dominação e exploração para uma de parceria, harmonia e promoção da vida. Não se trata mais de enxergar a terra, a água e as florestas como recursos a serem extraídos e consumidos, mas de assumir o papel que a própria evolução de nossa espécie nos legou: guardiões da vida planetária (Jonas, 2007). Somos parte integrante de um sistema complexo e interdependente, e nossa missão é garantir a manutenção e o florescimento desse sistema. Isso implica produzir ciências, tecnologias e políticas que tenham como foco central a sustentação da vida, em vez do lucro imediato ou do crescimento desenfreado.

A co-criação com a Natureza é uma resposta urgente aos desafios impostos pela sociedade de risco, onde a busca por desenvolvimento econômico gerou riscos globais que ameaçam a sobrevivência da própria humanidade. Ulrich Beck (2011) já alertava que os riscos modernos são globais, invisíveis e democráticos, mas a verdade é que seus impactos são sentidos de forma desigual. Enquanto as elites podem se proteger dos efeitos mais severos das mudanças climáticas, as populações mais vulneráveis – como os povos indígenas e as comunidades tradicionais da Amazônia – são as primeiras a sofrer as consequências (Acselrad, 2011).



A co-criação propõe uma reconciliação com a Natureza, onde os direitos dos ecossistemas e das comunidades que dependem deles sejam respeitados e protegidos.

Um exemplo claro de como a co-criação pode ser ignorada é o projeto político de extração de petróleo na foz do rio Amazonas. Apesar do posicionamento do atual governo Lula de que não haverá impactos significativos no ecossistema (Mazui, 2025), essa visão é um autoengano. A extração de combustíveis fósseis, como o petróleo, uma das principais causas do aquecimento global (Shirts, 2023), além de representar riscos imensos para a biodiversidade e as comunidades locais. Vazamentos de óleo, contaminação de rios e a destruição de habitats marinhos são apenas alguns dos danos irreversíveis que podem ocorrer. A ação de co-criação, por outro lado, caminha na direção oposta: propõe a transição para energias renováveis, o investimento em tecnologias limpas e a proteção integral de ecossistemas vitais como a Amazônia. Em vez de apostar em fontes de energia obsoletas e poluentes, devemos investir em soluções que promovam a regeneração ecológica e a justiça climática.

Outro exemplo prático de co-criação é o uso inteligente e sustentável das terras já desmatadas. Na Amazônia, milhões de hectares de floresta foram destruídos para dar lugar à pecuária, à agricultura extensiva e ao garimpo (Salles, 2022). Em vez de avançar sobre novas áreas de floresta, podemos reutilizar áreas degradadas para práticas agrícolas regenerativas, agroflorestas e sistemas de produção que restauram o solo e a biodiversidade (Santos; Pereira; Veríssimo, 2013). A agrofloresta, por exemplo, combina o cultivo de alimentos com a preservação da floresta, criando um sistema produtivo que imita a Natureza e gera benefícios tanto para os produtores quanto para o meio ambiente (Steebock, 2023). Além disso, a restauração de áreas desmatadas pode ser uma fonte de emprego e renda para as comunidades locais, alinhando desenvolvimento econômico e preservação ambiental.

A co-criação com a Natureza também exige uma mudança profunda em nossa visão de progresso e desenvolvimento. Não se trata de dominar ou controlar o meio ambiente, mas de trabalhar em harmonia com ele, reconhecendo que somos parte de um todo maior. Isso envolve a valorização dos saberes tradicionais, como o conhecimento indígena sobre a floresta, e a integração desses saberes com as tecnologias modernas. A ciência e a inovação têm um papel crucial nesse processo, mas precisam ser guiadas por uma ética que priorize a manutenção da vida e a equidade socioambiental.



A crise ecológica não será superada com mais exploração ou com soluções superficiais. Ela exige uma transformação cultural e sistêmica, onde passemos de uma sociedade de risco para uma sociedade de cuidado e co-criação. Isso significa repensar nossos modelos de produção e consumo, fortalecer a governança ambiental e garantir que as decisões políticas sejam tomadas com base no bem-estar coletivo e na proteção dos ecossistemas (Wera, 2024). A Amazônia, como símbolo da biodiversidade e da resistência, é um chamado para essa mudança. Não podemos mais adiar essa transição. O futuro da humanidade e do planeta depende da nossa capacidade de assumir nossa responsabilidade como guardiões da vida, não apenas para as gerações presentes, mas para todas as formas de vida que compartilham este planeta conosco (Krenak, 2020). A co-criação com a Natureza não é uma opção, é uma necessidade urgente e um compromisso ético com o presente e o futuro.

Já a terceira frente prioritária para a proteção da Amazônia é o *fortalecimento da cultura e identidade do cuidado da vida*. Essa dimensão é fundamental para transicionarmos de uma sociedade de risco, marcada pela exploração e pela produção de ameaças globais, para uma sociedade do cuidado da vida, onde a empatia, a solidariedade e a responsabilidade coletiva sejam os pilares que guiam nossas ações. Enquanto a sociedade de risco prioriza o lucro e o crescimento a qualquer custo (Beck, 2011), a sociedade do cuidado propõe uma mudança de paradigma, onde o bem-estar de todos os seres vivos e a saúde dos ecossistemas sejam colocados no centro das decisões humanas.

Um dos caminhos para essa transição é a educação, pois as escolas têm um papel crucial ao ensinar valores de cooperação, solidariedade e respeito à Natureza desde a infância (Brasil, 1996). Imagine um currículo que não apenas transmita conhecimentos científicos, mas também cultive a consciência ecológica e a empatia. Crianças aprendendo a cuidar de hortas comunitárias, a valorizar os saberes tradicionais dos povos indígenas e a compreender que a riqueza de um país não se mede apenas pelo Produto Interno Bruto (PIB), mas pela sua capacidade de proteger a vida e promover a justiça socioambiental. Essas práticas educativas podem formar gerações que vejam a Natureza não como um recurso a ser explorado, mas como um parceiro a ser cuidado.





A riqueza dos países, nessa nova perspectiva, seria avaliada por sua capacidade empática e compassiva. Em vez de competir por índices de crescimento econômico, as nações poderiam ser medidas por sua habilidade de preservar ecossistemas, garantir direitos da vida, direitos básicos de humanos e não humanos, e promover a equidade socioecológica. Um exemplo disso seria o reconhecimento internacional de países que investem em políticas de reparação ambiental, proteção dos direitos indígenas e inclusão das comunidades tradicionais no processo decisório.

Para que essa realidade aconteça é crucial fortalecer as redes de cuidado que já existem e se manifestam na vida daqueles que resistem às dominações. Povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais são guardiões de saberes ancestrais que há milênios promovem a harmonia entre humanos e Natureza (Santos, 2023). Suas práticas de manejo sustentável, seus rituais de conexão com a terra e sua luta pela preservação dos territórios são exemplos vivos de uma cultura do cuidado (Ferdinand, 2022). Fortalecer essas redes significa apoiar políticas que garantam a demarcação de terras indígenas, o reconhecimento dos direitos quilombolas e a valorização dos modos de vida tradicionais. Significa também criar espaços de diálogo onde esses saberes possam ser compartilhados e integrados às políticas públicas e às práticas educacionais.

Assim, a transição para uma *sociedade do cuidado da vida* também envolve a mobilização coletiva. Movimentos sociais, organizações não governamentais, comunidades locais e indivíduos podem se unir em torno de causas comuns, como a proteção da Amazônia, a defesa dos direitos humanos e a promoção da justiça climática. Essas redes de cuidado não precisam ser criadas, já estão em ação, mas precisam ser disseminadas, para tanto, é necessário investimento em recursos e apoio institucional para ampliar seu impacto.

A Amazônia, como símbolo da resistência e da diversidade, nos convoca a essa mudança. Ela não é apenas um território a ser protegido, mas um modelo de como podemos viver em harmonia com a Natureza. Ao fortalecer a cultura e a identidade do cuidado, estamos não apenas preservando a floresta, mas também construindo um futuro onde a vida, em todas as suas formas, seja valorizada e protegida. Esse é o caminho para superar a sociedade de risco e abraçar uma nova era de responsabilidade, empatia e coexistência.





## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Amazônia não é apenas uma floresta, é um espelho que reflete as escolhas da humanidade. Ela nos confronta com as consequências da sociedade de risco, onde o progresso desenfreado gerou crises climáticas, injustiças sociais e a erosão da biodiversidade. Mas, ao mesmo tempo, ela nos oferece um caminho de esperança: a possibilidade de transicionar para uma sociedade do cuidado da vida, onde a empatia, a solidariedade e a responsabilidade coletiva guiem nossas ações.

Este artigo buscou explorar três frentes prioritárias para a proteção da Amazônia: a reparação dos danos causados, a co-criação com a Natureza e o fortalecimento da cultura e identidade do cuidado da vida. Cada uma dessas frentes é essencial para superar os desafios atuais e construir um futuro sustentável. Reparar é um ato de justiça e responsabilidade; co-criar é um convite à harmonia e à inovação; e fortalecer a cultura do cuidado da vida é a retomada de valores e práticas ancestrais que promovem formas justas de relacionamento com a vida.

A Amazônia, com sua imensa diversidade biológica e cultural, nos ensina que a verdadeira riqueza não está na exploração de “recursos”, mas na capacidade de proteger e regenerar a vida. Povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais são exemplos vivos dessa ética do cuidado da vida, mostrando que é possível viver em equilíbrio com a Natureza. Suas lutas e saberes devem ser reconhecidos, valorizados e integrados às políticas públicas e às práticas educacionais.

No entanto, a proteção da Amazônia não é uma tarefa apenas para os governos ou para as comunidades locais. É uma responsabilidade coletiva. Como cidadãos, podemos apoiar iniciativas sustentáveis, pressionar por políticas ambientais mais rigorosas e repensar nossos hábitos de consumo. Como educadores, podemos ensinar as novas gerações a valorizar a Natureza e a praticar a empatia. Como cientistas e tecnólogos, podemos desenvolver soluções inovadoras que promovam a reparação ecológica e a justiça climática.

Este é um momento decisivo. As escolhas que fizermos hoje ecoarão por gerações. A Amazônia clama por nós, não apenas como um bioma a ser preservado, mas como um símbolo da resistência e da resiliência da vida. Ela nos convida a abandonar a lógica da exploração e a abraçar a ética do cuidado da vida. A transição para uma sociedade do cuidado da vida não é uma necessidade, é a última chance que temos para redefinirmos nossa relação com o planeta e uns com os outros, pois a vida, como conhecemos, depende da nossa capacidade de assumir nossa responsabilidade como guardiões da Terra. Cuidar da Amazônia é cuidar de nós mesmos, das gerações futuras e de todas as formas de vida que compartilham este planeta conosco. O tempo de agir é agora.



Davi Souza Cruz Emerick. Graduado em Direito pela UNESC- Faculdades Integradas de Cacoal em 2021, Pós graduado em Direito Tributário pelo IBMEC em 2022, Pós graduado em Direito Médico pelo CENTRO UNIVERSITÁRIO AMPARENSE - UNIFIA em 2024, Pós-graduando em Direito para a Carreira da Magistratura pela Escola da Magistratura do Estado de Rondônia EMERON em 2025.

Leandro Aparecido Fonseca Missiatto. Doutor em Psicologia Clínica pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos), mestre em Psicologia pela Universidade Federal de Rondônia (UNIR) com conclusão em 2017, e graduado em Psicologia pela Faculdade de Ciências Biomédicas de Cacoal (Facimed) em 2012. Analista Processual na Especialidade de Psicologia no Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia (TJRO). Membro da equipe de especialistas do Programa Harmony With Nature das Nações Unidas (ONU). Professor do Programa de Pós-Graduação Mestrado em Psicologia da Universidade Federal de Rondônia.

## REFERÊNCIAS

ACOSTA, Alberto. **O bem viver: uma oportunidade para imaginar outros mundos**. São Paulo: Editora Elefante, 2016.

ACSELRAD, Henri. **O que é justiça ambiental**. São Paulo: Garamond, 2011.

BRASIL. **Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012**. Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa; altera as Leis nºs 6.938, de 31 de agosto de 1981, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e 11.428, de 22 de dezembro de 2006; revoga as Leis nºs 4.771, de 15 de setembro de 1965, e 7.754, de 14 de abril de 1989, e a Medida Provisória nº 2.166-67, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2012/lei/l12651.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12651.htm). Acesso em: 31 mar. 2025.

FERDINAND, Malcom. **Uma ecologia decolonial: pensar a partir do mundo caribenho**. São Paulo: Ubu Editora, 2022.

GUDYNAS, Eduardo. **Direitos da Natureza: ética biocêntrica e políticas ambientais**. São Paulo: Editora Elefante, 2020.

JONAS, Hans. **Princípio responsabilidade: ensaio de ética para a civilização tecnológica**. São Paulo: Contraponto, 2007.

KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. Nova ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

MARQUES, Luiz. **O decênio decisivo: propostas para uma política de sobrevivência**. São Paulo: Editora Elefante, 2023.

MAZUI, Guilherme. Lula diz que não fará 'loucura ambiental', mas frisa que 'ninguém pode proibir' pesquisa sobre petróleo na Foz do Amazonas. **G1**, 13 fev. 2025. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2025/02/13/lula-diz-que-nao-fara-loucura-ambiental-mas-pondera-que-ninguem-pode-proibir-pesquisa-sobre-petroleo-na-foz-do-amazonas.ghtml>. Acesso em: 31 mar. 2025.

MONTEIRO, Hellen; MENEZES, Renato. Mais de 11 mil pessoas estão fora de casa por enchente no AC e governo federal reconhece emergência. **G1 AC**, 26 fev. 2024. Disponível em: <https://g1.globo.com/ac/acre/noticia/2024/02/26/mais-de-11-mil-pessoas-sao-afetadas-por-enchente-no-ac-e-governo-federal-reconhece-situacao-de-emergencia.ghtml>. Acesso em: 31 mar. 2025.



NESTLEHNER, Catarina. Porto de Porto Velho paralisa operações devido à seca no Rio Madeira. **CNN** Brasil, 24 set. 2024. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/porto-de-porto-velho-paralisa-operacoes-devido-a-seca-no-rio-madeira/>. Acesso em: 31 mar. 2025.

OLIVEIRA, Vanessa Hasson. **Direitos da Natureza**. 2. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2021.

SALLES, João Moreira. **Arrabalde: em busca da Amazônia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

SANTOS, Antônio Bispo dos. **A terra dá, a terra quer**. São Paulo: Ubu Editora, 2023.

SANTOS, Daniel; PEREIRA, Denys; VERÍSSIMO, Adalberto. **O estado da Amazônia: o uso da terra**. Belém: Imazon, 2013.

SHIRTS, Matthew. **Emergência climática: o aquecimento global, o ativismo jovem e a luta por um mundo melhor**. São Paulo: Claro Enigma, 2022.

STEENBOCK, Walter. **Agrofloresta: aprendendo a cultivar com a natureza**. São Paulo: Bambual Editora, 2023.

WERÁ, Kaká. **Tekoá: uma arte milenar indígena para o bem-viver**. São Paulo: BestSeller, 2024.

ZEHR, Howard. **Justiça restaurativa**. São Paulo: Palas Athena, 2012.

